



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO nº , de 2012.**

(Do Senhor Eduardo da Fonte)

*Solicita informações ao Presidente do
Tribunal de Contas da União sobre o
conflito entre a Resolução ANEEL nº 450,
de 2011, e o disposto no Decreto nº
7.521, de 2011.*

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União as seguintes informações sobre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):

Primeiro, Os reajustes tarifários autorizados pela ANEEL entre julho/2011 e junho/2012 foram feitos em descompasso com o previsto no Decreto nº 7.521, de 2011?

Em caso afirmativo:

Segundo, esse descompasso provocou a majoração indevida do índice de reajustes tarifários? Qual foi o aumento indevido autorizado pela ANEEL?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

O Decreto nº 5.163, de 2004, com a redação dada pelo Decreto nº 5.163, de 2004, alterado pelo Decreto nº 7.317, de 2010, dispunha que os agentes de distribuição poderiam contratar nos leilões de energia existente a energia correspondente ao seu montante de reposição. O Decreto definiu que o montante de reposição seria a quantidade de energia decorrente do vencimento dos contratos de compra de energia no ano A-1 e no ano A e a redução, com previsão contratual, da quantidade contratada nos mesmos anos A-1 e A.

O Decreto previu também que as reduções permanentes de montantes contratados, nos termos do art. 29, e o vencimento de contratos celebrados por meio de leilões de ajuste, referidos no art. 26, não deveriam integrar o montante de reposição. Veja-se a redação do dispositivo do regulamento que tratava do tema:

“Art. 24. A partir de 2009, nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, cada agente de distribuição poderá contratar energia elétrica correspondente ao seu montante de reposição.

§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por montante de reposição a quantidade de energia elétrica decorrente:

I - do vencimento de contratos de compra de energia elétrica dos agentes de distribuição no ano “A-1” e no ano “A”; e

II - da redução, com previsão contratual, da quantidade contratada pelos agentes de distribuição no ano “A-1” e no ano “A”.

§ 2º Não integram o montante de reposição, as reduções permanentes de montantes contratados, conforme dispõe o art.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

29, e o vencimento de contratos celebrados por meio de leilões de ajuste referidos no art. 26.”

O Decreto nº 5.163, de 2004, ainda com a redação dada pelo Decreto nº 7.317, de 2010, explicitou que o montante de reposição deveria ser o menos valor entre o calculado, nos termos do art. 24, e a necessidade de compra declarada pelo agente de distribuição:

§ 6º. Para fins de aplicação do disposto no art. 40, o montante de reposição será o menor valor entre o calculado, nos termos deste artigo e a necessidade de compra declarada pelo agente de distribuição no leilão “A-1”.

Diante das determinações contidas no aludido Decreto, a ANEEL baixou a Resolução nº 421/2010, na qual estabeleceu os critérios para o cálculo do montante de reposição e contratações adicionais dos agentes de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Na Resolução a Agência dispôs que o montante de reposição será o menor valor entre o calculado pela ANEEL e o declarado pela Distribuidora no leilão A-1:

“Art. 3º. O montante de reposição, expresso em MWmédio, será composto pelas seguintes parcelas:

I – contratos encerrados ou reduzidos no ano A-1 (...);

II – contratos encerrados ou reduzidos no ano A.

Parágrafo único. O montante de reposição será o menor valor entre o calculado pela ANEEL e o declarado pelo agente de distribuição no leilão “A-1”

Em 2011, foi aprovado o Decreto nº 7.521, de 2011, o qual alterou novamente a redação do Decreto nº 5.163, de 2004, e operou mudanças no conceito de montante de reposição. Entre outras, o novo Decreto suprimiu a possibilidade de considerar, no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

montante de reposição, o vencimento de contratos de compra de energia no ano A e a redução, com previsão contratual, da quantidade contratada no mesmo ano A. A partir de então, apenas os montantes apurados no ano A-1 poderiam ser considerados para este fim.

Outra modificação significativa foi a supressão do § 6º do art. 24 do Decreto nº 5.163, de 2004, com a redação dada pelo Decreto nº 7.317, de 2010. Assim, o montante de reposição deixa de ser o menor valor entre o calculado pela ANEEL (art. 24) e aquele declarado pela Distribuidora no leilão A-1:

“Art. 24. A partir de 2009, nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, cada agente de distribuição poderá contratar energia elétrica correspondente ao seu montante de reposição.

§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por montante de reposição a quantidade de energia elétrica decorrente: (Redação dada pelo Decreto nº 7.317, de 2010)

I - do vencimento de contratos de compra de energia elétrica dos agentes de distribuição no ano “A-1”; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.521, de 2011).

II - da redução, com previsão contratual, da quantidade contratada pelos agentes de distribuição no ano “A-1”. (Redação dada pelo Decreto nº 7.521, de 2011).

§ 2º Não integram o montante de reposição as reduções referidas no art. 29 e o vencimento de contratos celebrados por meio de leilões de ajuste referidos no art. 26. (Redação dada pelo Decreto nº 7.521, de 2011).

§ 3º O agente de distribuição poderá, havendo oferta nos leilões, contratar: (Redação dada pelo Decreto nº 7.317, de 2010)
(...);



CÂMARA DOS DEPUTADOS

~~§ 6º Para fins de aplicação do disposto no art. 40, o montante de reposição será o menor valor entre o calculado, nos termos deste artigo, e a necessidade de compra declarada pelo agente de distribuição no leilão "A-1". (Incluído pelo Decreto nº 7.317, de 2010) (Revogado pelo Decreto nº 7.521, de 2011)."~~

Em razão das alterações acima referidas, a ANEEL publicou a Resolução nº 450, de 2011, alterando a Resolução nº 421, de 2010.

Apesar dessa providência, a Resolução nº 450, de 2011, manteve a regra suprimida do § 6º do Decreto nº 5.163, de 2004, de que o montante de reposição seria o menor valor entre o calculado pela ANEEL e o declarado pela Distribuidora no leilão A-1:

"Art. 3º. O montante de reposição, expresso em MWmédio, será composto pelo montante anual dos contratos encerrados ou reduzidos no ano "A-1", multiplicado pelo número de dias do ano "A-1" decorridos até a data de encerramento ou redução do contrato, dividido pelo número de dias do ano.

§ 1º. O montante de reposição será o menor valor entre o calculado pela ANEEL e o declarado pelo agente de distribuição no leilão "A-1".

§ 2º. No cálculo dos montantes de reposição a ser realizado em 2011, não deverão ser considerados os montantes já contratados referentes aos contratos extintos ou reduzidos no ano de 2011."

Como se observa, a Resolução ANEEL nº 421, de 2010, contraria as regras de cálculo do montante de reposição constantes do Decreto nº 5.163, de 2004, com a redação dada pelo Decreto nº 7.521, de 2011.

Ao que parece, a ANEEL, ao desconsiderar parcialmente a regra do Decreto nº 7.521, de 2011, pode ter provocado a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

concessão de reajuste tarifário anual maior do que seria devido. Com efeito, de julho/2011 até junho/2012 os reajustes podem ter sido inflados, pois foi considerado um montante de desconstratação de energia existente superior a que previa o Decreto nº 7.521, de 2011. Não se trata de um erro de metodologia, o que parece ter acontecido foi que deixou-se de considerar do mix de compra de energia menos energia existente (mais barata) do que o estabelecido pelo Decreto nº 7.521, de 2011.

O fim de vigência em 31/12/2012 dos primeiros contratos de energia existente e o não cumprimento do disposto no Decreto nº 7.521, de 2011, podem ter permitido que as Distribuidoras retirem de seu mix de compra de energia uma quantidade expressiva de energia existente a partir de 1º de janeiro de 2013, resultando em majorações de tarifas expressivo, provocado pelo aumento do custo de compra de energia, como se observa, a título ilustrativo nos reajustes abaixo (Dados extraídos de notas técnica da ANEEL nos respectivos processos de reajustes tarifários):

| Distribuidora | Data de Reajuste | Aumento com a Compra de Energia | Compra de Energia dentro do IRT | Reajuste Tarifário Econômico | Reajuste Tarifário Econômico + Financeiro |
|---------------|------------------|---------------------------------|---------------------------------|------------------------------|---|
| CELPE | 29/04/2012 | 16,40% | 7,70% | 7,70% | 7,71% |
| COELBA | 22/04/2012 | 15,80% | 6,80% | 7,53% | 10,73% |
| CONSERN | 22/04/2012 | 21,80% | 9,55% | 9,70% | 10,28% |
| ENERGISA | 22/04/2012 | 14,63% | 6,64% | 6,32% | 10,30% |

Cite-se que o Parecer 0143/2012/PGE- ANEEL/PGF/AGU de 14/03/2012, obtido através de consulta ao processo da ANEEL nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

48500.005482/2010-60, entende que houve ilegalidade da Agência ao deixar de observar as alterações feitas no Decreto nº 5.163, de 2004.

Assim sendo, as informações aqui solicitadas são essenciais para que o Parlamento possa atuar no sentido de evitar que mais uma vez o consumidor de energia elétrica seja penalizado.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE